



# RELATÓRIO MENSAL

ANFFA SINDICAL

AGOSTO 2021

## DESTAQUES DO MÊS

- ❑ O mês se mostrou mais estratégico para a comunicação do Anffa. Casos de Peste Suína Africana (PSA) rondando o Brasil e outros países da América, bem como indícios de doença da Vaca Louca, confirmadas em setembro, deixaram a comunicação mais cautelosa ao falar sobre esses temas com a imprensa, mas também trouxe boa exposição do Anffa/affas na imprensa, em veículos como **Valor Econômico, Canal Rural, Globo Rural** e outros.
- ❑ Sobre a PSA, o Anffa conseguiu emplacar nota na coluna de **Veja on-line**, sobre as primeiras ações dos affas na força-tarefa, no Aeroporto de Guarulhos, com números de revistas e itens apreendidos que foram informados pela coluna
- ❑ O Anffa também tomou à frente na divulgação que o Mapa deveria ter feito sobre a campanha contra PSA, iniciada nas redes sociais, no final de agosto. Produziu release e divulgou o assunto, com fala do Anffa, de parceiro e do Mapa

## DESTAQUES DO MÊS

- ❑ A ameaça da entrada de PSA no Brasil também foi utilizada pela comunicação como uma forma de reforçar junto à imprensa a carência de affas e o quanto isso pode comprometer a defesa agropecuária.
- ❑ Nesse sentido, merece destaque no mês nota publicada pelo **O Estado de S.Paulo on-line**, que traz no título ações que os affas estavam realizando na força-tarefa contra a PSA
- ❑ No mês também há registros de posicionamentos sensíveis do Anffa relativos a temas como: abate de vacas prenhes, com nota enviada ao Canal Rural, ao portal Brazilian Report, além de posicionamento sobre PSA e sobre o relatório do PL do Autocontrole, com posicionamentos do Anffa em veículos como **Valor Econômico** e **Globo Rural**.

# PRINCIPAIS RESULTADOS

EM NÚMEROS

- ◆ **05 textos produzidos, sendo três releases aprovados e divulgados à imprensa**
- ◆ **05 entrevistas concedidas por porta-vozes do Anffa e fontes indicadas pelo Sindicato**
- ◆ **+20 publicações geradas a partir de divulgação feita pela assessoria, com base em releases sugeridos à imprensa e entrevistas com porta-vozes**
- ◆ **03 notas elaboradas, sendo 02 publicadas em veículos nacionais e 01 em veículos regionais**
- ◆ **04 affas contatados para produção de conteúdo**

## ATIVIDADES REALIZADAS

- Produção e divulgação de release e nota sobre força-tarefa de auditores para evitar entrada de peste suína africana (PSA) no país
- Nota sobre força-tarefa contra PSA publicada no Estadão Agro e release sobre o assunto publicado em veículos do setor
- Contato com auditor para alinhar entrevista sobre PSA, após divulgação do assunto
- Atendimento de demanda do SBT Brasil sobre o release divulgado, relativo à força-tarefa contra PSA
- Quatro reuniões de alinhamento com o Anffa, durante o mês, com sugestões de pautas e notas

## ATIVIDADES REALIZADAS

- Contatos com auditora agropecuária em busca de informações para elaborar nota à imprensa, divulgada posteriormente
- Elaboração de nota estratégica à imprensa sobre falta de affas e risco da peste suína entrar no Brasil
- Sugestão ao Anffa, de KPIs (indicadores de performance) do trabalho da FSB, com pedido de ajustes feito pela comunicação do Sindicato
- Retorno de avaliação interna dos cinco meses de atendimento da FSB
- Atendimento de solicitação do portal SBA Agro sobre PSA

## ATIVIDADES REALIZADAS

- Acompanhamento de entrevistas de porta-voz do Anffa ao **Valor Econômico**, ao **Globo Rural** e ao **Canal Rural**, para falar sobre parecer do relator ao projeto de lei do Autocontrole
- Orientações e sugestões de posicionamento ao Anffa, relativo ao parecer sobre o PL do Autocontrole
- Contato com jornalista do **Portal Globo Rural** para sugerir entrevista do Anffa sobre o parecer do Autocontrole
- Produção de nota sobre atuação de auditores agropecuários contra Peste Suína Africana (PSA), no aeroporto de Guarulhos, sugerida à **coluna Radar**, de **Veja On-line**

## ATIVIDADES REALIZADAS

- ❑ Produção e divulgação de nota sobre Dia Nacional de Mobilização contra a PEC 32, da Reforma Administrativa, com publicação em três veículos, com fotos do evento
- ❑ Entrega de relatório mensal do mês de julho
- ❑ Acompanhamento de entrevista de porta-voz do Anffa ao portal **Globo Rural** sobre pauta sugerida - projeto do Autocontrole
- ❑ Divulgação de nota à imprensa sobre riscos à segurança alimentar contidos no projeto do Autocontrole, com repercussão na imprensa

## ATIVIDADES REALIZADAS

- Divulgação de release sobre campanha contra a PSA nas redes sociais do Mapa
- Atendimento de solicitação do **Brazilian Report** sobre abate de vacas prenhes, com envio de conteúdo do Anffa
- Atendimento de solicitação do portal **Globo Rural** sobre nova medida do Mapa para desburocratizar inspeção de produtos de origem animal
- Sugestão para que o Anffa tenha uma nota de posicionamento sobre a redução no ritmo de trabalho dos affas, para atender imprensa de forma reativa
- Elaboração de sugestão de nota reativa sobre trabalho lento dos affas e não emissão de certificados

## ATIVIDADES REALIZADAS

- Atendimento de demanda do portal **Globo Rural**, com envio de informação sobre carência de auditores fiscais federais agropecuários
- Destaque para publicação de duas matérias no portal da revista **Globo Rural**, com fala de porta-voz do Anffa
- Envio de mais conteúdo para atender solicitação do portal **Brazilian Report**, sobre abate de vacas prenhes
- Atendimento de solicitação do portal **Canal Restaurante** sobre como é feita a inspeção de carnes em especial
- Remarcação de entrevista com o **Canal Restaurante**

# TEXTOS PRODUZIDOS

## Campanha para evitar Peste Suína Africana no país ganha reforço nas redes sociais do Mapa

Conteúdos diversos, com orientações sobre a transmissão, sinais clínicos e até sobre impacto financeiro estão nas plataformas digitais do Ministério da Agricultura

Uma campanha institucional para reforçar ações preventivas contra a entrada da Peste Suína Africana (PSA) no Brasil está sendo ampliada nas redes sociais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A iniciativa pretende alertar principalmente a sociedade, em especial, os passageiros de voos provenientes de países onde a doença está presente, com destaque para a República Dominicana, onde ocorreu o diagnóstico da doença no final de julho. A campanha de conscientização intitulada "Peste Suína Africana, aqui não!" chega às plataformas digitais do Mapa com conteúdos de orientação sobre as formas mais comuns de ingresso da PSA no Brasil e como diminuir essas ameaças.

A transmissão, sinais clínicos da doença, qualidade da carne suína brasileira e até o impacto financeiro da PSA na sociedade e na economia brasileira são temas presentes nesses conteúdos ou cards, elaborados para as plataformas digitais do Mapa. "Nosso objetivo com essa campanha é alertar e, ao mesmo tempo, tranquilizar a sociedade, enfatizando que a doença não afeta seres humanos, mas lembrando que somos nós os responsáveis pela disseminação desse vírus, no momento em que ignoramos medidas sanitárias ao ingressar no Brasil com produtos de origem suína não autorizados", destaca Geraldo Moraes, diretor do Departamento de Saúde Animal do Mapa. Ele também adianta que a campanha será estendida a outros formatos para reforçar essa ação, com foco na sociedade, que é o público-alvo.

A campanha está sendo realizada com a parceria do Anffa Sindical, Sindicato que representa os auditores fiscais federais agropecuários (affas), envolvidos diretamente na força-tarefa que já existe hoje, nos principais aeroportos brasileiros, para evitar a entrada da PSA. "Os Auditores Agropecuários estão empenhados em unir esforços para manter o status sanitário do país livre de PSA. E a campanha chega para conscientizar a população sobre a importância social e econômica da doença e do papel de cada um em evitar que o vírus chegue ao nosso país", destaca Janus Pablo, presidente do Anffa Sindical.

Outro parceiro do Mapa na campanha, a ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), destaca que a PSA é uma enfermidade animal global, com estragos econômicos e sociais severos nos locais onde houve focos. "Embora não haja risco para humanos,

a doença causa perdas aos produtores e impactos na oferta de alimentos para a população. A PSA é um problema para todos, exatamente por isto, a união dos esforços do setor público e da iniciativa privada na prevenção é fundamental, em uma ação que ultrapasse os cercados da cadeia produtiva", alerta Ricardo Santin, presidente da ABPA.

A campanha é mais um reforço ao Plano Integrado de Vigilância do Mapa, para Doenças dos Suínos que visa fortalecer a capacidade de detecção precoce de casos de Peste Suína Clássica (PSC), Peste Suína Africana (PSA) e a Síndrome Reprodutiva e Respiratória dos Suínos (PRRS). E também à força-tarefa que aumentou número de auditores fiscais federais agropecuários (affas) e servidores da Receita Federal e da Polícia Federal nos principais aeroportos do país.

A doença viral está erradicada no Brasil desde a década de 1980 e não oferece riscos aos humanos, mas é fatal para os suínos. Estimativas da Embrapa, a partir de estudos realizados nos EUA, apontam que a presença da PSA no Brasil causaria um prejuízo estimado em 5,5 bilhões de dólares, apenas no primeiro ano.

Algumas peças da campanha "Peste Suína Africana, aqui não!"



### CONTATO ASSESSORIA

FSB Comunicação  
Juliana Moreira Lima  
[Juliana.moreira@fsb.com.br](mailto:Juliana.moreira@fsb.com.br)  
(61) 98136.3266  
Socorro Ramalho  
[socorro.ramalho@fsb.com.br](mailto:socorro.ramalho@fsb.com.br)  
(61) 9 9202.8019

## Audidores agropecuários participam de mobilização contra a PEC 32

O Anexo II da Câmara dos Deputados, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi o ponto de encontro de auditores fiscais federais agropecuários (affas) e de outras carreiras públicas, que aderiram ao Dia Nacional de Mobilização contra a PEC 32/2020, do executivo. "Essa PEC afeta não somente os futuros, mas também, os atuais servidores públicos, alterando e retirando direitos e garantias já consagrados. Entre os impactos diretos está a perda da estabilidade, as vedações a direitos e garantias já existentes, como redução de salários e jornada, e progressão exclusivamente por tempo de serviço", destaca Janus Pablo, presidente do Anffa Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários) que na manhã desta quarta-feira (18), reforçou a mobilização na Esplanada, com uma comitiva de affas, diretores do Sindicato e representantes dos comandos estaduais de mobilização.



Foto: Fonacate

O Dia Nacional de Mobilização contra a PEC 32, foi organizado pelo Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e pelas centrais sindicais.

### CONTATO ACESSORIA

FSB Comunicação  
Socorro Ramalho  
[socorro.ramalho@fsb.com.br](mailto:socorro.ramalho@fsb.com.br)  
(61) 9 9202.8019  
Juliana Moreira Lima  
[Juliana.moreira@fsb.com.br](mailto:Juliana.moreira@fsb.com.br)  
(61) 98136.3266



## Audidores agropecuários retêm bagagens em força-tarefa contra Peste Suína Africana

A força-tarefa no aeroporto de Guarulhos (SP), para evitar a entrada da Peste Suína Africana (PSA) no Brasil, já obteve resultados surpreendentes na fiscalização e inspeção de bagagens. Oito auditores fiscais federais agropecuários (affas) fiscalizaram 294 bagagens, de 84 voos, desde o início de agosto. Nesse período foi apreendida 1,2 tonelada de produtos irregulares de origem vegetal e animal. Desse total, 14,2 kg eram de origem suína, que poderiam ser vetores da PSA no Brasil.

Aqui, a doença está erradicada desde a década de 70, mas o alerta veio com o diagnóstico recente na República Dominicana. O Sindicato que representa os Auditores agropecuários (Anffa Sindical) destaca que a doença tem poder de dizimar rebanhos suínos, mas não afeta humanos. A força-tarefa é formada por servidores do Ministério da Agricultura (Mapa), com participação da Polícia Federal e da Receita Federal.

Segundo o Anffa, estudo da Embrapa avalia que caso a doença entrasse no país, o prejuízo estimado seria de 5,5 bilhões de dólares apenas no primeiro ano. Destaca também que o Brasil é o quarto maior produtor e exportador mundial de carne suína no mundo.

### **CONTATO ASSESSORIA**

**FSB Comunicação**  
Juliana Moreira Lima  
[Juliana.moreira@fsb.com.br](mailto:Juliana.moreira@fsb.com.br)  
(61) 98136.3266  
Socorro Ramalho  
[socorro.ramalho@fsb.com.br](mailto:socorro.ramalho@fsb.com.br)  
(61) 9 9202.8019

## Nota à imprensa

### Sindicato alerta para riscos à segurança alimentar no Projeto de Lei do Autocontrole

O parecer ao projeto de lei 1.293/21 (PL do Autocontrole), apresentado à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados este mês (18/8), altera o modelo de defesa agropecuária e introduz, de forma excessiva, a participação da iniciativa privada nos processos de auditoria e fiscalização em defesa agropecuária, segundo afirma o Anffa Sindical – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários.

O Anffa avalia que na proposta inicial do poder executivo e na introdução do parecer do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), há três premissas antagônicas. A primeira, a necessidade de agilidade e liberdade à produção, ancorada na Lei de Liberdade Econômica. A segunda, a necessidade de preservar a idoneidade dos insumos agropecuários e a qualidade higiênico-sanitária dos produtos de origem animal e vegetal. A terceira, a suposta incapacidade do poder público de atender às demandas em defesa agropecuária, diante do crescimento do agronegócio nas últimas quatro décadas.

O Sindicato esclarece que com objetivo de preservar a segurança alimentar do país e as atividades de fiscalização e auditoria em defesa agropecuária, os auditores fiscais federais agropecuários (affas) apresentaram 22 proposições ao PL do Autocontrole, sendo 15 diretamente ao relator e sete por meio de emendas parlamentares. Entretanto, somente duas foram acatadas pelo relator.

Na avaliação do Anffa Sindical, as proposições do Sindicato ampliam a conceituação de defesa agropecuária, introduzindo temas como educação sanitária e bem-estar animal. Definem a segurança alimentar com parâmetros voltados à governança, questões ambientais e sociais – conceito ESG. São proposições que também regulamentam o recolhimento de produtos defeituosos no mercado e a responsabilidade pela inutilização de produtos fraudados.

Os auditores agropecuários ainda questionam a amplitude do registro automático de produtos e da sua isenção. Segundo o Projeto de Lei, é suficiente um regulamento que padronize a fabricação de um produto para que o fabricante apresente um relatório e obtenha o registro automático. Para o Sindicato, com esse dispositivo, seria o mesmo que um fabricante apresentar à ANVISA o relatório de fabricação de uma vacina contra a Covid-19 e já obter o registro automático do produto. A comparação vale tanto para

as vacinas contra febre aftosa e brucelose quanto para doenças como Cinomose e Parvovirose, dos cães.

Para os auditores agropecuários, intencionalmente, com o objetivo de tercelizar atividades relacionadas à fiscalização e à auditoria, o Projeto não delimita a participação da iniciativa privada em atividades de defesa agropecuária, por meio do credenciamento, certificação por entidades de terceira parte e execução de atividades de rotina de fiscalização, por especialistas contratados pelo setor produtivo regulado e fiscalizado.

Os produtos de origem animal sempre pautaram as discussões sobre o Autocontrole, notadamente a presença de auditores agropecuários em caráter permanente em estabelecimentos de abate. A falta de definição do PL 1.293 e de outros regulamentos, como o Decreto 10.419, deixam em aberto a permanência ou não do auditor durante o abate. Assim, tudo indica que o caminho será a coexistência de dois níveis de frigoríficos – aqueles com auditores permanentes, por exigência de mercados externos, e aqueles voltados ao mercado interno, sem auditores permanentes. Nesse caso, a sociedade estará pagando para fiscalizar produtos destinados apenas a alguns mercados externos que exigem a presença permanente. E vai ficar por isso mesmo?

#### CONTATO ASSESSORIA

##### FSB Comunicação

Juliana Moreira Lima

[juliana.moreira@fsb.com.br](mailto:juliana.moreira@fsb.com.br)

(61) 98136.3266

Socorro Ramalho

[socorro.ramalho@fsb.com.br](mailto:socorro.ramalho@fsb.com.br)

(61) 9 9202.8019

## NOTA PÚBLICA ANFFA SINDICAL

### Portaria Mapa nº 365/21 e o abate de vacas prenhes

A portaria nº 365, publicada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 16 de julho deste ano, aprova o Regulamento Técnico de Manejo Pré-abate e Abate Humanitário e os métodos de insensibilização autorizados pelo Mapa. A norma segue referências internacionais sobre o tema, notadamente da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

O regulamento representa um avanço do Brasil em questões voltadas ao bem-estar animal. Porém, tem causado polêmica a alteração do período permitido para abate de vacas prenhes.

O artigo 7º da norma trata especificamente do manejo de fêmeas gestantes e as operações realizadas em fetos de fêmeas gestantes abatidas. Ao seguir o modelo adotado na maior parte do mundo, que é recomendado pela OIE, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) reduz o prazo para proibição do abate de vacas prenhes, que antes considerava o período final de um terço da gestação. Agora, restringe aos últimos 10% desse período, o equivalente a cerca de um mês para as vacas que têm gestação de nove meses.

Considerando aspectos voltados ao bem-estar animal, o Anffa Sindical entende que o item polêmico sobre o transporte e abate das vacas no período final de gestação deve ser alvo de discussão e aprofundamento sobre o assunto, com a participação das representações das entidades envolvidas na cadeia de carne, mesmo tratando-se de recomendação da OIE.

Quanto à legalidade das atribuições do Auditor Fiscal Federal Agropecuário, o Anffa Sindical formulará consulta ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, à luz do ordenamento pátrio, notadamente dos artigos 2º e 32 §2º da Lei nº 9.605, de 12 fevereiro de 1998, que dispõem sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (grifo nosso):

*Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorrer para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estas cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.*

...

# PRINCIPAIS DESTAQUES DE IMPRENSA



\*Com apoio de clipping e Internet

POLÍTICA

## PL do autocontrole fragiliza fiscalização, afirma sindicato

Audidores fiscais do Ministério da Agricultura veem excessos na flexibilização das normas de controle sanitário e criação de frigoríficos de primeira e segunda categoria.

3 min de leitura

CLEYTON VILARINO

28 AGO 2021 - 08H05 | ATUALIZADO EM 28 AGO 2021 - 08H05

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2021/08/pl-do-autocontrole-fragiliza-fiscalizacao-afirma-sindicato.html>

GLOBO RURAL  
28/8/2021

Uma das principais apostas do Ministério da Agricultura (Mapa) para dinamizar a fiscalização agropecuária, em meio ao crescimento exponencial das exportações do setor nos últimos anos, a regulamentação do autocontrole, enviada ao Legislativo em abril deste ano para a Câmara dos Deputados, desagradou auditores fiscais. Em fase de emendas, após receber parecer favorável à aprovação há duas semanas, o texto pode colocar em risco o controle sanitário de produtos destinados ao mercado interno, **avalia o Sindicato dos Auditores Fiscais Agropecuários (Anffa Sindical).**

PUBLICIDADE



Apresentado por Scania

**Agro: maior disponibilidade de veículos com novo PMS**

## Auditores fiscais federais agropecuários fazem força-tarefa para evitar entrada de Peste Suína Africana

A ação de vigilância integrada terá duração de oito meses, com inspeção de 100% de bagagens de passageiros da República Dominicana

Por: Portal DBO  04/08/2021  4:46 pm

Em estado de alerta para evitar que a Peste Suína Africana (PSA), erradicada no Brasil desde a década de 1970, volte a ameaçar o rebanho suíno brasileiro, auditores fiscais federais agropecuários (affas) já foram convocados pelo Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (Mapa) para uma força-tarefa, especialmente nos aeroportos brasileiros.



Portal DBO  
04/8/2021

<https://www.portaldbo.com.br/auditores-fiscais-federais-agropecuarios-fazem-forca-tarefa-para-evitar-entrada-de-pestes-suina-africana/>

CANAL RURAL  
19/8/2021 /minuto 19`33"

<https://www.youtube.com/watch?v=VWszWTHewtk>



ANTONIO ANDRADE  
dir. comunicação Anffa Sindical

ANFFA SINDICAL CRITICA PROJETO DE AUTOCONTROLE POR INCERTEZAS SOBRE PODER DO ESTADO

inscreva-se

*\*Os registros foram capturados da Internet com apoio de serviço de clipping, mesmo assim algumas publicações podem ter ficado de fora*

# Falta de fiscais ‘acelera’ PL do autocontrole

## Sanidade

Rafael Walendorff  
De Brasília

O projeto de lei 1.293/2021, que estabelece a fiscalização da produção agropecuária por autocontrole, não tem data para ser votado, mas há um movimento para aprová-lo antes de novembro, quando vai expirar a validade dos contratos de 239 médicos veterinários temporários, admitidos em 2017, e que atuam na fiscalização federal agropecuária. Uma mudança inserida no texto pelo relator Domingos Sávio (PSDB-MG) prorroga o vínculo até 2023.

Impedido de fazer novas contratações ou concursos públicos para a área, o Ministério da Agricultura defende a aprovação da medida para garantir a fiscalização. “Se o governo precisar demitir esses profissionais, poderá comprometer as exportações”, afirmou o deputado.

Segundo a Pasta, os profissionais com contratos temporários compõem as equipes de inspeção

em vários frigoríficos do Brasil. “A interrupção dos contratos trará prejuízos ao Serviço de Inspeção Federal e às empresas, que poderão ter turnos de abate interrompidos”, disse o ministério, em resposta ao **Valor**. Paralelamente ao projeto de lei, a Agricultura já enviou ao Ministério da Economia uma proposta de medida provisória para prorrogar os contratos.

O substitutivo do deputado Domingos Sávio também propõe a criação do Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteira), um sistema integrado para atuar na prevenção à entrada de pragas, doenças, substâncias ou agentes biológicos prejudiciais à agropecuária, como a peste suína africana. Integrante da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional (CMO), o deputado articula a previsão de recursos para a área.

Outro acréscimo do relator ao projeto é a permissão para que estabelecimentos registrados no serviço de inspeção de municípios ou Esta-

dos possam vender os produtos em todo o país. Apesar de já existir previsão legal para a comercialização interestadual de itens artesanais, os pequenos produtores ainda enfrentam dificuldades para isso, diz Sávio.

O deputado propõe a criação do Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção (e-SISBI) no Ministério da Agricultura para concentrar os cadastros dos serviços oficiais de inspeção. “É um sistema simplificado e informatizado para integrar todos os serviços de inspeção no ministério”, afirma.

Segundo ele, as empresas e profissionais credenciados pelo ministério para fazer os serviços técnicos ou operacionais nas agroindústrias — trecho do PL criticado pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) — poderão verificar in loco se esses estabelecimentos seguem as regras exigidas para a venda dos produtos em nível nacional, sem a necessidade de a Pasta designar e deslocar servidores para isso.

O deputado também disse que

quer acabar com uma reserva de mercado gerada pela lei atual, que autoriza apenas empresas a realizar a classificação dos vegetais para venda ao consumidor. O substitutivo permite que pessoas físicas, como agrônomos, possam atuar na certificação e que o credenciamento dos profissionais seja feito pelo Ministério da Agricultura, Estados, municípios e consórcios intermunicipais.

O ministério apoia a medida, que permitiria à Pasta delegar a fiscalização da classificação para municípios, consórcios, Estados e o Distrito Federal. “Essas duas alterações ampliarão a capacidade de classificação e fiscalização da qualidade dos produtos vegetais”, disse a Secretaria de Defesa Agropecuária.

O PL 1293/2021 vai aguardar um prazo de cinco sessões legislativas (iniciado na última quinta-feira) para poder ser votado na Comissão de Agricultura da Câmara. Se aprovado, segue para as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir para avaliação do Senado Federal.

<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/08/24/falta-de-fiscais-acelera-pl-doautocontrole.ghtml>

## ANFFA SINDICAL DIZ QUE FISCAIS ESTÃO MOBILIZADOS PARA IMPEDIR ENTRADA DA PSA NO PAÍS

Portal Estadão Broadcast Agro/Nota  
03/8/2021



Por Julliana Martins

São Paulo, 03/08/2021 - O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Agropecuários (Anffa Sindical) afirma que a categoria está mobilizada para evitar a entrada da peste suína africana (PSA) no território brasileiro. O País elevou o estado de alerta após a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) ter identificado a presença de peste suína africana na República Dominicana. A Anffa chama a atenção, porém, para a queda no número de auditores fiscais federais agropecuários durante a pandemia, mesmo com a força-tarefa da vigilância agropecuária internacional (Viciagro). "O Ministério da Agricultura já



<http://broadcast.com.br/cadernos/agro/?id=blFMR2NZUIRaY1pIYS9LOFUrWXFjZz09>

*\*Os registros foram capturados da Internet com apoio de serviço de clipping, mesmo assim algumas publicações podem ter ficado de fora*

**MIDIA  
NEWS**

CREDIBILIDADE DA NOTÍCIA

**MIDIA NEWS**  
**18/8/2021**

Início / Notícias / Auditores agropecuários participam de mobilização

Brasil Notícias

## Auditores agropecuários participam de mobilização contra a PEC 32



Midia News • 3 semanas atrás

0 1 minuto de leitura



Anexo II da Câmara dos Deputados, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi o ponto de encontro de auditores fiscais federais agropecuários (affas) e de outras carreiras públicas, que aderiram ao Dia Nacional de Mobilização contra a PEC 32/2020, do executivo. “Essa PEC afeta não somente os futuros, mas também, os atuais servidores públicos, alterando e retirando direitos e garantias já consagrados. Entre os impactos diretos está a perda da estabilidade, as vedações a direitos e garantias já existentes, como redução de salários e jornada, e progressão exclusivamente por tempo de serviço”, destaca Janus Pablo, presidente do Anffa Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários) que na manhã desta quarta-feira (18), reforçou a mobilização na Esplanada, com uma comitiva de affas, diretores do Sindicato e representantes dos comandos estaduais de mobilização.

O Dia Nacional de Mobilização contra a PEC 32, foi organizado pelo Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e pelas centrais sindicais.

Foto: Fonacate



<https://midianewscampogrande.com.br/auditores-agropecuarios-participam-de-mobilizacao-contra-a-pec-32/>

*\*Os registros foram capturados da Internet, com apoio de serviço de clipping, mesmo assim algumas publicações podem ter ficado de fora*



## AUDITORES AGROPECUÁRIOS PARTICIPAM DE MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC 32

On 18 de agosto de 2021 By admin

**GIRO MT**  
**18/8/2021**

<http://www.giromt.com.br/2021/08/18/auditores-agropecuarios-participam-de-mobilizacao-contr-a-pec-32/>



O Anexo II da Câmara dos Deputados, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi o ponto de encontro de auditores fiscais federais agropecuários (affas) e de outras carreiras públicas, que aderiram ao Dia Nacional de Mobilização contra a PEC 32/2020, do executivo.

“Essa PEC afeta não somente os futuros, mas também, os atuais servidores públicos, alterando e retirando direitos e garantias já consagrados. Entre os impactos diretos está a perda da estabilidade, as vedações a direitos e garantias já existentes, como redução de salários e jornada,

veja RADAR RADAR ECONÔMICO POLÍTICA ECONOMIA SAÚDE MUNDO CULTURA PLACAR ASSINE BU

Brasil

## Governo cria força-tarefa contra entrada da gripe suína no país

Auditores em Guarulhos já apreenderam 1,2 tonelada em produtos agrícolas

Por **Lucas Vettorazzo** Atualizado em 20 ago 2021, 20h47 - Publicado em 23 ago 2021, 17h30



PUBLICIDADE



E OLUBE COM COMPLETA INFRAESTRUTURA DE LAZER

**VEJA ON-LINE/COLUNA RADAR**  
**23/8/2021**

<https://veja.abril.com.br/blog/radar/governo-cria-forca-tarefa-contra-entrada-da-gripe-suina-no-pais/>

Força-tarefa montada pelo governo federal para impedir a entrada da gripe suína no país já apreendeu 1,2 tonelada de produtos agrícolas em bagagens de passageiros no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Desde o início de agosto, oito agentes já fiscalizaram 294 bagagens de voos, segundo o sindicato que representa os auditores federais de inspeção de produtos agropecuários.

Entre os produtos de origem animal e vegetal irregulares apreendidos no período, os fiscais encontraram 14,2 quilos de carne suína, que poderiam ser vetores para a doença no Brasil.

A operação é formada por servidores do Ministério da Agricultura, com apoio de agentes da PF e da Receita.

A gripe, chamada tecnicamente como Peste Suína Africana (PSA), não atinge os humanos, mas tem potencial destrutivo para os rebanhos de porcos.

*\*Os registros foram capturados da Internet com apoio de serviço de clipping, mesmo assim algumas publicações podem ter ficado de fora*

## Sindicato vê riscos à segurança alimentar no PL do Autocontrole

Parecer sobre PL altera o modelo de defesa agropecuária e introduz participação da iniciativa privada nas auditorias e fiscalizações

Por **Bússola**

Publicado em: 24/08/2021 às 18h54

Alterado em: 24/08/2021 às 19h02

🕒 Tempo de leitura: 3 min



<https://exame.com/bussola/sindicato-ve-riscos-a-seguranca-alimentar-no-pl-do-autocontrole/>

**Exame/Bússola**  
**24/8/2021**

projeto de lei nº 1.293/21 (PL do Autocontrole), apresentado à Comissão de Agropecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (18/8), **altera o modelo de defesa agropecuária e introduz, de forma excessiva, a iniciativa privada nos processos de auditoria e fiscalização em defesa** (segundo afirma o Anffa Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Agropecuários)).

que, na proposta inicial do Poder Executivo e na introdução do parecer do Deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), há **três premissas antagônicas**. A primeira, a defesa da agilidade e liberdade à produção, ancorada na Lei de Liberdade Econômica. A segunda, a necessidade de preservar a idoneidade dos insumos agropecuários e a qualidade higiênico-sanitária dos produtos de origem animal e vegetal. A terceira, a suposta incapacidade do poder público de atender às demandas em defesa agropecuária, diante do crescimento do agronegócio nas últimas quatro décadas.

<https://www.comexdo brasil.com/campanha-institucional-para-evitar-pestesuina-africana-no-pais-ganha-reforco-nas-redes-sociais/>

COMEX DO BRASIL  
26/8/2021

Home > Agronegócio > Campanha institucional para evitar Peste Suína Africana no país ganha reforço nas...

Agronegócio

Notícias do Agronegócio

## Campanha institucional para evitar Peste Suína Africana no país ganha reforço nas redes sociais

Por Equipe Comex do Brasil - 26 de agosto de 2021

0

A campanha está sendo realizada com a parceria do Anffa Sindical, Sindicato que representa os auditores fiscais federais agropecuários (affas), envolvidos diretamente na força-tarefa que já existe hoje, nos principais aeroportos brasileiros, para evitar a entrada da PSA.



Brasília – Uma campanha institucional para reforçar ações preventivas contra a entrada da Peste Suína Africana (PSA) no Brasil está sendo ampliada hoje, nas redes sociais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A iniciativa pretende alertar principalmente a

**GLOBO RURAL**  
**30/8/2021**

SUÍNOS

## Risco de Peste Suína Africana chegar ao Brasil é alto, alertam especialistas

Considerado livre da doença desde a década 80, país redobrou vigilância em portos e aeroportos, mas criações de subsistência e trânsito de pessoas ainda preocupam

4 min de leitura

CLEYTON VILARINO  
30 AGO 2021 - 08H00 | ATUALIZADO

### Controle das fronteiras

Nos portos e aeroportos, o risco também é grande. De acordo com o diretor de comunicação e relações públicas do Sindicato dos Auditores Fiscais Agropecuários (Anffa Sindical), Antonio Andrade, apenas 5% das cargas que chegam ao Porto de Santos, no litoral paulista, são vistoriadas presencialmente. Só no aeroporto de Guarulhos, onde uma força-tarefa foi montada, mais de uma tonelada de produtos foi apreendida em menos de um mês.

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Suinos/noticia/2021/08/risco-de-peste-suina-africana-chegar-ao-brasil-e-alto-alertam-especialistas.html>

## Sindicato alerta para riscos à segurança alimentar no Projeto de Lei do Autocontrole

24/08/2021



O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) divulgou uma nota que mostra preocupação com o parecer ao projeto de lei 1.293/21 (PL do Autocontrole), apresentado à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, no último dia 18. De acordo com a entidade, “o PL altera o modelo de defesa agropecuária e introduz, de forma excessiva, a participação da iniciativa privada nos processos de auditoria e fiscalização em defesa agropecuária”.

<https://www.revistanegociorural.com.br/noticias/sindicato-alerta-para-riscos-a-seguranca-alimentar-no-projeto-de-lei-do-autocontrole/>

# Agronegócios

## Alimentos Em nova versão do texto, valor máximo de penalidades para agroindústrias foi reduzido para R\$ 150 mil 'Novo' PL do autocontrole reduz multas

Rafael Walendorff  
De Brasília

A nova versão do projeto de lei que estabelece a fiscalização da produção agropecuária por autocontrole corta pela metade o aumento sugerido pelo governo nos valores das multas aplicadas às agroindústrias por inconformidades. Considerado "exagerado" pelo relator, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), o teto das cobranças cai de R\$ 300 mil para R\$ 150 mil — ainda assim dez vezes maior que o limite atual, de R\$ 15 mil.

O substitutivo, apresentado na semana passada, adota o caráter preventivo na fiscalização sanitária e permite que irregularidades "leves" sejam resolvidas antes da autuação. O valor mais alto será cobrado somente para infração gravíssima. A proposta ainda aplica efeito suspensivo às penalidades em caso de apresentação de recurso para evitar "arbitrariedades" e "prejuízos irreparáveis" às pequenas empresas e cria uma comissão especial, que funcionará como terceira instância, para a contestação das ocorrências.

"É preciso ter certo cuidado, pois uma empresa pequena, dependendo do tamanho da multa, pode até fechar as portas", disse Domingos Sávio ao Valor. A redução desses valores era um dos principais pleitos da agroindústria no projeto.

A proposta mantém a obrigatoriedade da adoção de programas de autocontrole em todo o processo produtivo por agentes da cadeia do agronegócio e a apresentação de registros sistematizados e auditáveis ao Ministério da Agricultura.

Com apoio financeiro de entidades do agronegócio, a Pasta está desenvolvendo uma plataforma digital que deverá começar a funcionar em setembro — para receber as informações do controle do setor.

De posse dos dados, o ministério vai definir estratégias de fiscalização por gerenciamento de risco, focada nos pontos mais críticos.

"Quanto aos produtores, não há exigência nova que os coloque em dificuldade. Ao invés de ter a fiscalização no pé o tempo todo, eles vão ser tratados de forma respeitosa e terão mais autonomia", afirmou Domingos Sávio.

Ele descartou retrocessos ou risco sanitário com a adoção da medida. "O autocontrole não é auto-regulação. Damos mais clareza, mais liberdade e menos amarras para quem produz. Mas a regulação continua 100% do poder público, que vai estabelecer o padrão mínimo de qualidade que ele precisa atender e dar liberdade para a inovação", disse.

Prioridade da ministra Tereza Cristiana, que alega capacidade limitada da máquina pública para aumentar os serviços de controle e fiscalização do setor agropecuário, em parte devido ao déficit de fiscais, a proposta permite que empresas e profissionais credenciados no Ministério da Agricultura prestem serviços técnicos e operacionais relacionados à defesa sanitária nas agroindústrias. Algumas tarefas já estão a cargo da iniciativa privada, como exames de tuberculose bovina e emissão de GJA, informou a Pasta.

O texto preserva as atividades próprias da fiscalização que exigem o exercício de poder de polícia e que deverão ser cumpridas apenas pelos servidores federais. "Não muda uma vírgula do regime de inspeção, sem prejuízo da fiscalização oficial", defendeu Sávio.

Mesmo assim, a medida gerou críticas dos fiscais. Eles querem a imposição de limites mais claros entre a atuação estatal e o setor privado na nova lei, para evitar incertezas. "O projeto não estabelece um ponto de corte. A atuação privada



Frigoríficos e outras agroindústrias consideravam elevado o valor das multas

passa de excepcionalidade para um trabalho de rotina. Faltam proibições", afirmou Antonio Andrade, diretor de Comunicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anfia Sindical).

As atribuições exclusivas dos servidores, como apreensão de produtos, interdição de estabelecimentos e aplicação de penalidades, são indelegáveis e estão preservadas, disse Sávio. Os processos ante e post mortem continuam sob a supervisão da categoria. "Não haverá sobreposição com as atividades dos auditores que exigem o poder de polícia administrativo", garantiu o ministério. Segundo o relator, as mudan-

## Programa de incentivo previsto no projeto gera críticas e preocupações

De Brasília

O substitutivo do projeto de lei que estabelece a fiscalização da produção agropecuária por autocontrole acrescentou detalhes sobre o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária sugeridos no projeto original do governo. A proposta foi criticada pela Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo). A entidade diz que a medida é subjetiva, cria privilégios e vantagens comerciais indevidas e quebra a isonomia na competição entre as empresas, o que poderá "matar" os pequenos grupos.

Paulo Mustefaga, presidente da entidade, disse que ao Valor que "não é papel do governo criar grandes conglomerados industriais e matar pequenas indústrias", e que a proposta se assemelha ao "programa dos campeões nacionais", que levou a um crescimento desproporcional e artificial de companhias empresariais há pouco tempo, com apoio do governo.

O recibo, segundo Mustefaga, é que o texto deixa em aberto a possibilidade de criação de um "rating" com a pontuação das melhores empresas, com base no cumprimento das regras de conformidade. O dirigente concorda com essa espécie de ranking para consumo interno do governo, para a elaboração de políticas e estratégias de fiscalização, mas condena o possível uso das informações para a definição dos frigoríficos que se-

rão habilitados para exportação a algum mercado, por exemplo.

"Os grandes grupos vão investir e se adaptar, montar uma estrutura que possa atingir a pontuação máxima. Mas os pequenos não têm condição, o que não significa que o produto é pior. O programa vai criar um artifício para beneficiar os grandes e prejudicar os pequenos, e vamos ver no Brasil uma nova onda de quebra de frigoríficos e concentração industrial — e o produtor rural vai ficar na mão de poucos grupos", disse.

O Ministério da Agricultura afirmou que o ranking será usado internamente para direcionar as ações da auditoria fiscal e que a utilização para indicação de empresas para exportação está em debate, mas ainda sem definição. "Este tema não está previsto no PL. É uma abordagem que não tem consenso nas representações do setor agroindustrial", disse, em nota.

O relator do projeto de lei, Domingos Sávio, listou alguns incentivos para quem aderir à medida, como agilidade nas operações com o mercado internacional, categorização automática como apto à exportação para países que não possuem requisitos sanitários específicos e prioridade na tramitação de processos administrativos para liberação de atividade econômica.

Sávio disse que o programa, cuja adesão não é obrigatória, não cria privilégios e que tratará todos com isonomia e regras factíveis de acordo com o porte da indústria. (RW)

<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/08/23/novo-pl-do-autocontrole-reduz-multas.ghtml>

## Audidores agropecuários participam de mobilização contra a PEC 32



<https://ganduzao.com.br/auditores-agropecuarios-participam-de-mobilizacao-contra-pec-32.html>

Para dos Deputados, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi o ponto de encontro dos servidores federais agropecuários (affas) e de outras carreiras públicas, que aderiram ao Dia Nacional de Mobilização contra a PEC 32/2020, do executivo.

Além de preocupar não somente os futuros, mas também, os atuais servidores públicos, alterando e retirando direitos já consagrados. Entre os impactos diretos está a perda da estabilidade, as vedações a promoções já existentes, como redução de salários e jornada, e progressão exclusivamente por desempenho. Destaca Janus Pablo, presidente do Anffa Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores Agropecuários) que na manhã desta quarta-feira (18), reforçou a mobilização na

Esplanada, com uma comitiva de affas, diretores do Sindicato e representantes dos comandos estaduais de mobilização.

O Dia Nacional de Mobilização contra a PEC 32, foi organizado pelo Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e pelas centrais sindicais.

CANAL RURAL Notícias Tempo Cotação Lance Rural Blogs Canal do Criador

MENU CANAL RURAL ENTRE OU

SÃO PAULO/SP ▾ 16°C - 34°C ▲ NOTÍCIAS PECUÁRIA LEILÕES TEMPO COTAÇÃO AGRICULTURA

**SANIDADE ANIMAL**

# Campanha contra peste suína ganha força nas redes sociais do Mapa

Conteúdos diversos, com orientações sobre a transmissão, sinais clínicos e até sobre impacto financeiro estão nas plataformas digitais do Ministério da Agricultura

CRIADO EM 27/08/2021 ÀS 15H28 POR CANAL RURAL - ATUALIZADO EM 27/08/2021 ÀS 14H40



Uma campanha institucional para reforçar ações preventivas contra a entrada da Peste Suína Africana (PSA) no Brasil está sendo ampliada nas redes sociais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A iniciativa pretende alertar principalmente a sociedade, em especial, os passageiros de voos

NOTÍCIAS RELACIONADAS

**PECUÁRIA**  
Lentidão pers  
de boi após f

**CANAL RURAL**  
**27/8/2021**

<https://www.canalrural.com.br/agronegocio/campanha-contrapeste-suina-ganha-forca-nas-redes-sociais-do-mapa/>

*\*Os registros foram capturados da Internet com apoio de serviço de clipping, mesmo assim algumas publicações podem ter ficado de fora*

# PRÓXIMOS PASSOS

## Setembro

## Sugestões

- Explorar temas sensíveis para destacar a importância da atuação dos affas
- Reforçar posicionamento do Anffa em relação ao PL do Autocontrole
- Reforçar posicionamento do Anffa em relação à PEC 32
- Identificar novas oportunidades de pautas a partir de ações dos affas/Anffa

# PRÓXIMOS PASSOS

## Setembro

## Sugestões

- Sugerir leitura de cenário político com time FSB
- Identificar novas oportunidades para falar da Reforma Administrativa, com foco na carreira
- Identificar novos temas para sugestão de artigo à imprensa especializada



**ANFFA SINDICAL**

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários

**OBRIGADA!**

fsbcomunicação